

MOÇÃO DE ESTRATÉGIA 2026 / 2030

PROTAGONISMO AMPLIA A AUTONOMIA

AUTONOMIA FORTALECE O PROTAGONISMO

O nosso XII Congresso realizou-se num momento em que várias circunstâncias internacionais, nomeadamente a invasão da Ucrânia, deixavam antever algumas incertezas quanto ao futuro das nossas sociedades.

Nada, no entanto, permitia prever que chegássemos a este nosso XIII Congresso num ambiente internacional tão sombrio, com o rufar cada vez mais ruidoso dos tambores de guerra, com a perspetiva de uma Nova Ordem Mundial que se afigura ameaçadora, com a erupção invasiva de uma Inteligência Artificial que já percebemos trazer muitos benefícios mas não menos ameaças, individuais e coletivas, com a emergência de uma sociedade cada vez mais individualista, liderada por “influenciadores” e “produtores de conteúdos” que paulatinamente vão substituindo os meios de comunicação sérios e confiáveis, e criando um terreno fértil para as “fake news” e a manipulação de notícias, num ataque permanente às estruturas coletivas como os sindicatos, alvo preferencial de um liberalismo selvagem que faz

dos pilares sociais do Estado, como a escola pública, um alvo a abater, num planeta à beira do colapso ambiental, perante a negação criminosa das alterações climáticas por parte de quem mais para elas contribui.

E no entanto, hoje, como há 4 anos, estamos confiantes de que seremos capazes de dar voz aos nossos associados, por eles vencer todos os desafios e, enquanto docentes instrumentos não apenas de resistência mas sobretudo de mudança, propor alternativas, lutar por elas e vencer, corrigir, melhorar, sempre dando prioridade à negociação, ao diálogo social, algo que está desde a génese do SINDEP no nosso ADN.

Foi assim que conseguimos a recuperação do tempo de serviço, que muitos tinham já rotulado de impossível e que, mesmo imperfeita, resulta de uma luta longa e dura, que por vezes nos levou para a rua e que acabou por ser vencida na negociação, luta em que o SINDEP esteve sempre na primeira linha.

Hoje a negociação do Estatuto da Carreira Docente ocupa o palco central da nossa negociação.

O anterior ECD, de que o SINDEP foi signatário, vigorou, com muitas alterações, por mais de 30 anos. O que estamos agora a

negociar desejamos que não reja a nossa profissão por um período tão longo, mas também não queremos que seja mais uma legislação avulsa e fugaz, sujeita às mudanças das tutelas e às modas ideológico-pedagógicas da época.

Encaramos, pois, com preocupação as pressões de alguns para concluir a negociação até ao fim do presente ano letivo pois para nós é mais importante o conteúdo do que o calendário.

Até porque estamos conscientes de que muitas das reivindicações do nosso XII Congresso que não foram conquistadas, poderão ser conseguidas em sede da negociação do ECD.

Rejuvenescer a Profissão, Valorizar os Profissionais

Hoje todos reconhecem a falta de docentes para a nossa escola pública. Na raiz dessa situação estão, sobretudo, dois fatores. Por um lado, o envelhecimento dos profissionais. Um grande número deles abraçou a profissão muito jovens, num período ainda de sequela da massificação do ensino resultante da madrugada libertadora do 25 de Abril. E ao longo de mais de 40 anos deram o melhor de si, com “a casa às costas”, mal pagos, desrespeitados e desempenhando uma multiplicidade de papéis, como enfermeiros,

psicólogos, assistentes sociais, técnicos informáticos, etc. Para eles, já jubilados ou à beira da reforma, exige-se reconhecimento e respeito, mas a solução já não passa por eles. Passa, isso sim, por atrair jovens para a profissão.

Mas para isso a profissão tem de ser atrativa. E no mundo de hoje (e se calhar de sempre) o principal fator de atratividade de qualquer profissão é o vencimento. Ao contrário do que alguns teimam em dizer, não é o trabalho que dignifica, mas sim o salário que se auferi por esse trabalho. Veja-se o trabalho dos escravos, que nada tinha de digno, por muito bem executado que fosse.

Urge por isso, ao rever a carreira, rever os níveis salariais dos vários escalões.

Mas o rejuvenescimento não passa só por aí. Os jovens que queremos cativar para a profissão deixaram ainda há pouco a escola pública e têm bem presente as más condições em que os seus professores exerciam a profissão e as pressões a que estavam sujeitos. Há, pois, que reverter esta situação. Há que devolver a autoridade aos professores dentro da sala de aula e na direção do processo de ensino-aprendizagem.

Há que proteger os profissionais da educação de todas as formas de violência, quer física quer psicológica, que grassam na escola.

Há ainda que garantir que os docentes exercem as suas funções em ambientes funcionais, com equipamentos e sem estes avariados, em instalações dignas e não degradadas. E aqui há que realçar o facto de continuarem a existir centenas de escolas com amianto, num total desrespeito de toda a legislação comunitária sobre esta matéria, mas sobretudo desrespeito pela saúde de todos os atores educativos: professores, alunos e trabalhadores não docentes.

A atratividade pela carreira passa também por ela ser um modo de vida e não um modo de morte. Continuaremos a bater-nos para que os docentes da escola pública tenham a sua saúde monitorizada por serviços de medicina ocupacional ao longo da carreira, como a lei estipula para todos os trabalhadores, ou seja, no início da carreira e depois disso com exames médicos de 2 em 2 anos até aos 50 anos e anuais após essa idade.

Exigimos, ainda, a tantas vezes propalada desburocratização das tarefas do professor. É uma reivindicação antiga, que nas palavras merece concordância por parte das sucessivas tutelas, mas que tarda em ver efeitos práticos dessa concordância. Pelo contrário, sempre que o Ministério afirma que vai avançar no sentido dessa

desburocratização, lá surge mais uma plataforma, mais um modelo, mais uma minuta, que o docente tem de preencher.

E não podemos esquecer que a nossa luta pela dignificação dos docentes não se limita aos da escola pública. Estende-se igualmente aos colegas do ensino particular e cooperativo, aos da União das Misericórdias, aos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aos do ensino profissional, aos das Mutualidades e das IPSSs pelos quais temos negociado e assinado ACTs e CCTs que têm contribuído para essa dignificação. Estamos agora mesmo envolvidos, em todos esses setores, em processos negociais que caminham para melhorias salariais e na estrutura das carreiras, integrando as mesas negociais da UGT.

Também os nossos colegas do Ensino de Português no Estrangeiro (EPE) fazem parte do quotidiano da nossa atenção e trabalho. Como professores de português no estrangeiro merecem-nos todo o reconhecimento de verdadeiros embaixadores da nossa língua e cultura e da sua sobrevivência entre as nossas comunidades na diáspora. Muito já foi conseguido, mas muito há ainda para legitimamente aspirar.

Mas, como já dissemos atrás, não estamos sozinhos no mundo. Muitas das nossas lutas são partilhadas pelos nossos colegas em

todo o mundo, com particular incidência na Europa Comunitária. E também aí fazemos ouvir a nossa voz.

Na Europa como em Portugal

A Europa enfrenta atualmente uma grave escassez de professores, que ameaça a qualidade da educação em todos os níveis de ensino. Esta situação é agravada por condições de trabalho precárias e exigentes, incluindo cargas horárias excessivas, salários insuficientes e falta de recursos adequados para o exercício da profissão. Como consequência, observa-se um aumento da insatisfação entre os docentes, refletido em desgaste, *burnout* e desmotivação. É essencial que as políticas nacionais, mas sobretudo as políticas europeias, reconheçam a importância de valorizar a profissão docente.

Considerando que a dimensão internacional da ação sindical é hoje essencial para a defesa eficaz dos direitos dos trabalhadores da educação, assumimos o compromisso de reafirmar a importância estratégica do reforço da cooperação, da solidariedade e da representação da nossa organização a nível europeu e internacional.

Continuaremos representados nos seguintes órgãos europeus:

- No **Comité Sindical Europeu da Educação**, estrutura europeia da **Internacional da Educação** a federação mundial que representa professores/educadores e trabalhadores da Educação. Continuaremos a defender os direitos laborais, salários e condições de trabalho dos professores/educadores e trabalhadores portugueses da educação, tendo em conta que esta organização tem representação junto da Direção Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura da Comissão Europeia. Estaremos envolvidos em projetos sobre temas essenciais, como: sobrecarga de trabalho dos professores na Europa, diversidade e inclusão (tema onde temos sido parceiros diretos) do projeto, inteligência artificial na sala de aula e renovação sindical.
- Na **Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura** da **Comissão Europeia** participaremos nos painéis online de consulta pública, contribuindo para a definição de políticas educativas europeias.
- Na **Aliança Europeia para a Aprendizagem** pertencente à Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão da **Comissão Europeia**, defenderemos a

qualidade, a oferta e a imagem dos cursos profissionais, especialmente na escola pública, no combate ao desemprego jovem, incentivando as empresas a criarem mais vagas de aprendizagem profissional.

- Na **Federação Europeia de Empregadores da Educação** seremos sempre a voz da defesa do ensino público no diálogo social europeu na educação.
- Na **Confederação Europeia de Sindicatos**, através do **Instituto Sindical Europeu** teremos uma participação muito ativa da definição de temas de investigação e formação sindical, nomeadamente em relações laborais, saúde e segurança no trabalho e transição digital e climática.